

FORMATOS, TRAJETÓRIAS E COMPREENSÕES ACERCA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS DO SUL DA BAHIA

Andréia Ferreira da Silva (UFMG)
Emília Peixoto Vieira (UESC)
Jacira de Souza Santos (UESC)
Geane Silva dos S. de Andrade (UESC)

1. Introdução

O texto apresenta resultados parciais de pesquisa intitulada “Gestão Escolar e o trabalho docente na Educação Infantil no Sul da Bahia: desafios e perspectivas”, que vem analisando as mudanças ocorridas, a partir dos anos 1990, na gestão escolar e no trabalho dos docentes da educação infantil em redes públicas municipais situadas no Sul da Bahia. A investigação vem sendo realizada por docentes e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e docentes colaboradores da Universidade Federal de Campina Grande (UFMG) e da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

O presente artigo, parte da pesquisa maior, apresenta os formatos, percursos e compreensões da formação inicial e continuada dos docentes da educação infantil as condições para realizá-las nos municípios estudados. O artigo resulta da análise dos questionários aplicados aos professores da primeira etapa da educação básica.

Apresenta, inicialmente, uma breve caracterização dos municípios que integram a pesquisa e o perfil de seus docentes. Por fim, analisa as condições em que os docentes realizaram sua formação inicial e as que possuem para cursar a formação continuada e apresenta as considerações finais. O artigo visa contribuir para a ampliação dos debates em torno dos desafios que se apresentam para a ampliação da oferta da educação infantil no país, mais especificamente, no que se refere à formação de seus docentes.

2. A formação docente na visão de professores da educação infantil do Território Litoral Sul do Estado da Bahia

A pesquisa foi realizada em municípios que constituem o Território Litoral Sul do Estado da Bahia, que abrange uma área de 14.736,20 km² e é composto por 27 municipalidades. A população total do território, em 2016, era de 772.694 habitantes, dos quais 632.866 mil vivendo na zona urbana (81,9%) e 139.828 na área rural (18,10%). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio do território é 0,67, considerado baixo.

Neste território, 25 municípios, quase a totalidade, participaram da investigação, com 473 docentes respondendo o instrumento de coleta de dados. Os questionários, composto por questões abertas e fechadas, foram aplicados diretamente pela equipe de pesquisa nos meses finais do ano de 2016 e ano de 2017.

98,9% dos docentes que responderam o questionário são do sexo feminino e atuam, em sua grande maioria, em escolas situadas na zona urbana (88,3%). Em relação ao seu nível socioeconômico, 63,1% indicaram que a sua renda é a principal em sua família e 33,7% que consiste na segunda fonte de manutenção. Apenas 3,5% dos respondentes marcaram realizar outra função remunerada além do magistério. 96,6% assinalaram ter sido contratado por concurso público, informação positiva considerando a necessidade de um quadro de pessoal estável para a melhoria da qualidade de educação.

Em relação à formação, 395 docentes informaram possuir curso superior (84%), destes apenas dois informaram ter cursado o mestrado (0,4%) e 206 (43,8%) curso de especialização. Dos que não possuem formação superior, 34 afirmaram ter curso superior incompleto (7,2%), 32 possuir o curso de Magistério de nível médio (6,8%) e cinco docentes (1,1%) realizou apenas o ensino fundamental. Observa-se que 90% dos docentes possuem a formação requerida pelo artigo 62 da LDB (1996). No entanto, há esforços a serem realizados pelo Poder Público para a elevação da formação para os que, ainda, não cumpriram o requerido.

No que se refere à formação superior inicial realizada, 26,9% dos professores informaram ter feito seu curso em instituições públicas, enquanto 73,1% em instituições privadas. Quanto à modalidade, 36% indicaram que fizeram seu curso na modalidade presencial de ensino e 64% na modalidade a distância. Os dados revelam que a maioria dos docentes da educação infantil, que integrou a pesquisa, estudou em instituições privadas de ensino e fez seus cursos a distância. Esta situação aponta para a possibilidade de uma formação mais aligeirada e com menos acompanhamento acadêmico. Apesar destas situações, os docentes apontaram uma visão bem positiva acerca da formação inicial recebida. 90% informaram que esta formação ofereceu, muito ou razoavelmente, uma preparação necessária para atuar na educação infantil.

98,4% dos professores afirmaram ter feito curso de licenciatura. 70% assinalaram ter feito Pedagogia, 2,5% Letras, 1,1% Curso Normal Superior, 1,3% História, 0,6% Educação Física, 0,4% Biologia, 0,4% Filosofia e 0,6% Geografia. Observa-se que há, ainda, professores com formação inadequada para atuar na educação infantil.

Em relação à qualificação continuada, 66,1% informaram que vem ocorrendo no contexto escolar por meio de grupos de estudo (65,6%) e realização de oficinas e cursos (39,2%). A participação dos docentes nestas atividades fora da escola é bem menor. 83,7% apontaram que não obtêm licença do trabalho para participar em eventos de sua área de atuação e 70,1% indicaram que não participam de cursos ou oficinas fora da escola. 87% afirmaram ter recebido formação continuada, muito ou satisfatoriamente, adequada para sua atuação na educação infantil. No entanto, esta informação parece não ser confirmada, considerando-se o número reduzido de docentes que afirmaram ter participado de iniciativas desta natureza.

De acordo com 60,5% das respostas, o município oferece formação continuada para os docentes da educação infantil. No entanto, 75,7% informaram que não participam destas iniciativas. Dos 24,3% que afirmaram participar destas iniciativas, somente 5,2% indicou

receber algum auxílio da Secretaria de Educação para tal. Este auxílio refere-se à concessão de auxílio financeiro, de dispensa do trabalho ou pagamento dos gastos com transporte e alimentação.

Quando consultados sobre as instituições mais adequadas para desenvolver um sistema de formação continuada, 63,9% dos docentes apontaram as universidades públicas, 50,6% as secretarias de educação e, apenas, 26,6%, as instituições de educação superior privadas. Esta informação indica, segundo os respondentes do questionário, uma maior adequação das universidades públicas e das próprias secretarias de educação para a oferta da qualificação continuada em relação às instituições de educação superior privadas. Este dado é interessante quando comparado com a situação, identificada nesta pesquisa, de que a maioria dos professores (73,1%), com curso superior, estudou em instituições privadas.

Para os docentes que atuam na educação infantil, que responderam os questionários, o mais importante em um programa de formação continuada refere-se à relação dos conteúdos com sua prática pedagógica (74,4%), a pertinência dos temas abordados à área de sua atuação (49%), o nível de formação/experiência profissional dos responsáveis pelo curso (39,8%), a existência de incentivos e estímulos para frequentar a formação (39,2%), a participação em atividades de grupo (23,8%), o tempo da aprendizagem/duração do curso (22,9%), a qualidade dos materiais utilizados (20,4%), a interação com os coordenadores do curso (14,4%) e o interesse em comum com os colegas cursistas (9,6%). Esta ordem de prioridade aponta que os docentes valorizam mais, nos cursos de formação continuada, a vinculação dos conteúdos trabalhados com a prática na sala de aula e sua vinculação à área de atuação do docente.

Para os respondentes, o incentivo e estímulo mais eficaz para o êxito de um programa de qualificação continuada refere-se à instituição de ganho salarial (80,4%), presente na ampla maioria das respostas. Também, foram apontados como estímulo à realização da formação: o uso do tempo de trabalho para a formação (37,7%), os cursos serem reconhecidos para progressão na carreira (37,7%) e o fornecimento de diplomas e certificados (28,9%).

Os docentes da educação infantil, integrantes da pesquisa, apontaram, em uma escala de 1 a 10, os temas mais importantes que deveriam constar em uma proposta de aperfeiçoamento profissional por eles elaborada. Considerando-se o somatório das notas 8, 9 e 10, nesta escala, os temas apontados como mais importantes foram: conteúdos de aprendizagem (84,4%), avaliação na/da educação infantil (83,7%), estratégias, métodos e didáticas de ensino (82,2%), Psicologia e cultura das crianças (80,4%), educação para as relações étnico-raciais (70,9%), relações humanas na escola (70,7%), financiamento da educação (69,4%), temas de cultura e artes (68,8%), novas tecnologias da informação (65,25%), direção e gestão educacional (62,2%), Filosofia e ética da educação (61,4%), política e legislação educacional (55,2%) e contexto político, econômico e social da educação na contemporaneidade (47,9%).

Mais uma vez, os temas indicados com prioridade pelos docentes referiram-se às questões do contexto da sala de aula: conteúdos a serem ensinados, avaliação na educação

infantil, métodos e técnicas de ensino e psicologia da criança. Os temas com menor indicação consistiram relativos a uma formação mais ampla e contextualizada do docente, que parecem, para os respondentes, ser menos importantes para o exercício do magistério, como o contexto político, econômico e social da educação, temáticas referentes à Filosofia e ética da educação e à política e à legislação educacional.

3. Considerações finais

O estudo aponta indicadores importantes para a compreensão de como vem ocorrendo a formação dos docentes da educação infantil das redes públicas municipais situadas no Sul da Bahia. Em relação à formação inicial, ela vem ocorrendo, em sua maioria, em instituições privadas, não universitárias e na modalidade à distância. Em relação à formação continuada, sua realização parece ocorrer mais na própria escola, em grupos de estudos, cursos e oficinas.

A liberação de professores para a participação em momentos de qualificação continuada fora da escola parece ocorrer em poucos momentos. O apoio das secretarias municipais de educação para viabilizar esta participação é bem reduzido, conforme consta nos questionários. Foi identificado, nos questionários, uma concepção de formação que prioriza os conteúdos e metodologias a serem utilizados nas salas de aula

A secundarização de conhecimentos referentes à Filosofia, à sociedade brasileira e às políticas educacionais, pelos respondentes, precisa ser analisada, considerando-se outras dimensões presentes no questionário aplicado, tais como, acesso aos bens e recursos culturais e às opções religiosas, entre outros.

As dimensões apontadas, considerando que esta é uma pesquisa em andamento, vêm sendo analisadas tendo como referência a produção da área da formação de professores e das políticas educacionais implantadas no país a partir dos anos 1990.